ENTREVISTA | **BERNARDO TORO**

Filósofo e educador

"Temos uma escola fragmentada

PENSADOR COLOMBIANO aponta desafios da educação no Brasil e na América Latina, e reforça a necessidade de mudança drástica nos sistemas de ensino se quisermos chegar à excelência

BRUNA PORCIÚNCULA
bruna.porciuncula@zerohora.com.br

Dos muitos aspectos pelos quais a América Latina pode ser abordada pelo filósofo e educador colombiano Bernardo Toro, 70 anos, fica evidente que todas as transformações, sejam sociais, políticas ou ambientais, passam pela educação. Um dos principais intelectuais latino-americanos, Toro esteve em Porto Alegre na última semana para conhecer mais de perto o trabalho da ONG Parceiros Voluntários, que se inspirou em seus ensinamentos e cuja atuação ele classificou como "a melhor experiência que existe hoje no Brasil". Ele também participou do almoço Tá na Mesa, promovido pela Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul).

O colombiano não usou meias palavras para reforçar a crença de que educação de qualidade depende de uma mobilização da sociedade e que as mazelas no setor não devem ser creditadas aos conhecidos problemas de infraestrutura nas escolas e salários defasados dos professores. Ele aposta que, se os países se empenhassem em um sistema único de educação, sem a distinção de qualidade entre escolas públicas e privadas, seria possível alcançar a excelência no ensino.

Decano acadêmico da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidad Javeriana de Bogotá, Bernardo Toro conversou com Zero Hora sobre os desafios da educação no Brasil e na América Latina.

Como o senhor avalia, de modo geral, a educação brasileira e a forma como é conduzida?

Creio que o Brasil e todos os países da América Latina têm os mesmos problemas na educação. Nenhum tem uma solução importante. A diferença básica da educação brasileira talvez esteja no Ensino Superior (*em que ocorreram medidas para ampliar a inclusão, como as cotas*), e ainda assim há um problema: o vestibular é uma seleção muito difícil, que geralmente favorece aqueles que vêm dos setores mais altos e favorece menos os que vêm de colégios estaduais. Nos demais problemas, como rendimento, retenção, níveis de leitura e escrita, os estudantes brasileiros estão nas mesmas condições do que os colombianos, mexicanos, em uma comparação entre países grandes. O que está um pouquinho melhor é o Chile e em alguns aspectos, mas, no resto, não há diferenças importantes. Em alguns conhecimentos, em alguns níveis, a ciência do Brasil é melhor do que a mexicana, mas o México é melhor do que o Brasil em outros pontos, e a Colômbia é melhor em certos aspectos do que outros países. Desde os anos 2000, há 15 anos, temos o **Laboratório Latino-Americano de Evolução da Qualidade Educativa** (LLECE, na sigla em espanhol). A cada 10 anos, faz-se a medição dos níveis de educação nos países para que possamos compará-los. Antes disso, não podíamos fazer essa comparação porque as variáveis não eram comparáveis. Entre 1998 e 2006, houve o trabalho de homologar os currículos e se fez uma medição para todas as crianças da América Latina de 14 países. Aí, notou-se que o único país que tem dados distintos de todos os outros da América Latina é Cuba. As crianças de menor desempenho em Cuba têm rendimento igual aos melhores alunos do resto dos países, porque as crianças de Cuba têm resultados comparáveis aos alunos de países desenvolvidos.

Diante de tantas semelhanças, os governos discutem soluções em conjunto e de fato há ações concretas para reverter isso?

Supõe-se que isso seja feito na reunião de ministros da educação. Ocorre que, em toda a América Latina, exceto em Cuba, são aceitos dois sistemas educativos, com qualidades distintas. A maioria das pessoas que tomam decisões no Brasil estudou em colégios privados. As pessoas que têm mais recursos colocam seus filhos em privados, e os outros, no público. Um país é sério na educação quando mantém um sistema educativo para ricos e pobres de igual qualidade. O único país que tem o mesmo sistema educativo para todos é Cuba. Os outros têm esses dois sistemas. Nenhum deles terá uma educação de qualidade com dois sistemas, um de qualidade A, outro de B. Esse é um problema que ninguém quer enfrentar, porque as elites não querem que seus filhos se juntem aos pobres. Um exemplo: o filho do presidente da Volvo em Estocolmo (Suécia) estuda na mesma escola do filho do senhor que vive de vender pescado. Esses alunos têm a mesma oportunidade porque o sistema é o mesmo para todos. Nós, não. A saúde não é igual para todos, o transporte não é igual para todos. Na educação, também é assim. Um país que aceita esse tipo de coisa nunca vai conhecer a excelência. Por exemplo, quando seu filho chega à escola, ele sabe entre 3 mil e 4 mil palavras distintas. Uma criança de sete anos de uma área rural sabe entre 300 e 400 palavras distintas. Se a escola não usar métodos provados para resolver este *gap*, essa diferença será projetada no tempo, e cada vez a separação entre as possibilidades de cada uma dessas crianças será maior. Se a escola é de uma só qualidade, esse problema não importaria, porque, rapidamente, o filho do vendedor de doces na rua estaria conversando com o filho do dono da companhia e essa convivência iria equilibrar a linguagem, no recreio, nas brigas, na sala. Os dois seriam amigos. Mas temos uma escola fragmentada, cada uma com uma qualidade.

Já separamos as crianças na escola automaticamente.

Sim. A educação é o maior fator de articulação social, política e emocional de um país e, na América Latina, está sendo exatamente o contrário. E ainda queremos países unidos... Não há como.

Nesse contexto, há algum esforço de governos para transformar essa realidade em algum desses países?

Bem, curiosamente Bogotá é a

Colombiano esteve em Porto Alegre para conhecer de perto o trabalho da ONG Parceiros Voluntários

LLECE

O laboratório baseia seus estudos em análises curriculares, e suas provas consideram as diferenças culturais de cada país participante das avaliações. Os países são Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

na América Latina”

FOTOS ADRIANA FRANCIOSI

cidade onde mais pessoas começaram a colocar seus filhos em escolas públicas. Há um esforço enorme. A infraestrutura das escolas públicas de Bogotá é de longe superior à infraestrutura dos melhores colégios privados da cidade. São infraestruturas extraordinárias, têm piscina, são muito bonitos. Se, neste momento, aqui em Porto Alegre, fizessem um grande esforço para melhorar a qualidade dos colégios públicos, com a crise econômica, para economizar, muitas famílias começariam a colocar filhos nessas escolas. Mas é preciso combinar as duas coisas porque não é um problema de política, mas de conjuntura. Também temos de levar as escolas para perto da casa dos estudantes. Na América Latina, tiramos a escola das comunidades. É um gravíssimo erro.

Em que aspectos?

Uma criança entra às 7h (*na Colômbia é às 7h*) e sai da escola lá pelas 14h, 15h. Um colégio grande tem cerca de 1,2 mil estudantes e cerca de 90 professores. Vamos simplificar: em torno de 1,2 mil crianças estão aos cuidados de cem adultos aproximadamente até as 14h. Depois desse horário, os estudantes querem ficar livres, sair. É este momento que o narcotráfico aproveita, que a máfia aproveita, que o trabalho escravo aproveita... Se as crianças fossem educadas dentro do seu bairro, não ficariam soltas, ficariam sob a observação, direta ou indiretamente, dos adultos desse bairro, estariam muito mais seguras. Mas é preciso educar a sociedade para que aprenda a cuidar do filho de todos, porque, na América Latina, somos muito bons para criar nossos filhos, mas não para cuidar das crianças. Nos preocupamos com nossos filhos, não com as crianças.

Temos uma preocupação individualista com a educação?

Não há consciência de que os nossos filhos são filhos da comunidade, da sociedade. Um indivíduo que poderia abusar de uma criança no Japão, nos Estados Unidos, não o faz porque os adultos estão atentos. Isso é uma das razões pelas quais as escolas não podem sair das comunidades. Venderam a ideia de que uma escola desvaloriza o bairro, os prédios vão valer menos porque os estudantes apanham as flores, usam drogas etc. Em Bogotá, cogita-se colocar um colégio em um bairro elegante, os primeiros a se opor são as famílias.

Em Porto Alegre, as escolas públicas dos bairros de classe média quase não são utilizadas pelos moradores.

Por isso, nunca teremos educação de qualidade.

Que caminhos poderiam ser sugeridos?

Os bens públicos dependem das elites, da educação à segurança. Veja Porto Alegre. As elites desta cidade talvez não sejam mais do que 130 pessoas, incluindo banqueiros, industriais, intelectuais. Elite é uma pessoa cujas decisões modificam o modo de pensar, de sentir e de atuar de grandes setores. Se as elites destes países sentarem à mesa e disserem “bem, vamos agora fazer um sistema educativo único para todos”, poderiam mudar isso em uma reunião. O que aconteceria se amanhã todos os líderes de Porto Alegre colocassem seus filhos em escolas públicas? Todos estariam nessa mesma escola e o que iríamos fazer? Não é uma decisão do ministro, é uma decisão de mobilização política. Se não fizermos isso, os resultados da educação na América Latina não mudarão.

Queremos essa distinção?

Vou contar uma história: numa companhia com 10 mil empregados, 67% eram mulheres. Houve um movimento para ter lá uma creche. Foram organizados os espaços infantis com a melhor infraestrutura, os melhores materiais e educadores. Abriram as inscrições. Em uma semana, houve três inscritos. Passaram-se três semanas e houve 10 inscritos. Sabe por quê? A presidente não mandou seus filhos porque não queria que se juntassem com a filha da senhora que varre o piso. A senhora que varre o piso não quis matricular a filha porque não tinha para ela sapatos e roupas suficientemente elegantes para que a filha da presidente não a desprezasse.

O senhor está dizendo que as mazelas da educação não são culpa exclusiva dos governos?

Alguns colocam a culpa nos professores, outros, no governo ou na falta de dinheiro. Não é isso. A questão é que não queremos um sistema educativo único, de todos.

CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Profissionais gaúchos elegem seus representantes no Plenário do Confea

Arquivo CREA-RS

Pablo e Luciano, conselheiros federal e suplente

No dia 11 de novembro, os profissionais da área tecnológica do Rio Grande do Sul elegeram o novo conselheiro federal e de seu suplente – Modalidade Industrial.
A Chapa do Geólogo e Eng. Seg. Trab. Pablo Palma, como titular, e do Eng. Mecânico Luciano Valério, como suplente, foi eleita com 1.147 votos. Com o mandato para o triênio 2016/2018, eles vão representar o CREA-RS no Plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

Seminário aborda entraves em obras públicas e propõe soluções

Arquivo CREA-RS

O Eng. Melvis em sua palestra sobre fiscalização e controle

Debater os principais aspectos que envolvem os processos de planejamento, projeto, licitação, execução e fiscalização de obras foi o objetivo do Seminário de Obras Públicas, que ocorreu entre os dias 10 e 11 de novembro, no auditório do Ministério Público em Porto Alegre. Promovido pelo Tribunal de Contas do RS (TCE-RS), em parceria com o Fórum de Infraestrutura e as entidades que o compõe, o evento reuniu profissionais e representantes dos setores público e privado.
Um dos palestrantes, o presidente do CREA-RS, Eng. Civ. Melvis Barrios Junior, destacou os limites de atuação dos órgãos de fiscalização e a defesa dos profissionais da área tecnológica. Segundo ele, cada instituição de controle e fiscalização necessita estabelecer seu limite de atuação, pois hoje o número de profissionais que fiscalizam chega a ser maior do que o dos que executam. “Não podemos permitir que grandes obras públicas, financiadas pelos impostos arrecadados dos cidadãos, sejam embargadas por questões que estão em análise técnica, ainda sem definição, como nos casos de suspeita de superfaturamento, onde paramos o trabalho por suposições que muitas vezes não se concretizam e ainda são midiatizadas, criminalizando todos os envolvidos”, destacou.
Afirmou ainda que as empresas precisam de segurança jurídica dos contratos em relação às obras públicas, para garantir a sua conclusão mesmo em uma troca de governo ou orçamento, entre outros itens. “Hoje ninguém consegue fazer uma obra sem ter uma assessoria jurídica. Não temos uma lei que regule o cálculo de BDI, por exemplo, fazendo com que cada auditoria e empresa interpretem da forma que quiserem.” Melvis defendeu também a volta da Engenharia no comando técnico das obras públicas. “É necessário fortalecer a Engenharia nacional e garantir que quem fala sobre Engenharia são os Engenheiros, assim como quem a fiscaliza também somos nós.”
Veja matéria completa em www.crea-rs.org.br

MPT define calendário 2016 da força-tarefa nos frigoríficos

O Ministério Público do Trabalho (MPT) reuniu, nos dias 10 e 11 de novembro, em Santa Maria (RS), 51 profissionais de órgãos parceiros da sua força-tarefa estadual que investiga meio ambiente do trabalho nos frigoríficos, entre eles o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), com o objetivo de avaliar operações realizadas em 2015 e projetar ações de 2016. Na reunião foram definidos nomes e datas dos frigoríficos que serão vistoriados em 2016.
O CREA sugeriu a elaboração de documento com competências individualizadas dos órgãos participantes da força-tarefa para organizar ações de fiscalização, bem como sejam programadas reuniões periódicas para análise das operações realizadas. Como pontos positivos, o Conselho salientou o aprimoramento técnico da fiscalização do CREA, após o início de sua participação na força-tarefa, e incremento da visibilidade da autarquia perante à sociedade e profissionais do Sistema.
Desde janeiro do ano passado, foram realizadas 25 operações (9 em 2014 e 16 em 2015).
Com informações MPT-RS

VALORIZAÇÃO E DEFESA DA ÁREA TECNOLÓGICA
GESTÃO 2015/2017
www.crea-rs.org.br